



POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO: REFLEXÕES INICIAIS SOBRE O ADOCIMENTO DE PROFESSORES EM BERTIOGA – SP

Maíra Darido da Cunha¹

RESUMO: O presente artigo aborda o crescente índice de afastamento de professores que atuam no município de Bertiooga, motivado por doenças psicológicas e físicas relacionadas às condições de trabalho. A pesquisa parte de um panorama mais amplo, que identifica a sobrecarga laboral e estresses como fatores determinantes para o adoecimento docente, destacando a importância de compreender esse fenômeno de uma forma global. Por meio de revisão bibliográfica recente e análise documental, foram coletadas informações sobre as condições de trabalho e seu impacto na saúde dos professores. Os dados empíricos, obtidos a partir da pesquisa de campo, incluíram levantamentos sobre licenças médicas e processos de readaptação funcional em decorrência de problemas de saúde nas escolas municipais de Bertiooga. A pesquisa conclui pela necessidade de políticas públicas voltadas à melhoria das condições de trabalho e ao fortalecimento do suporte institucional, para reduzir o impacto do adoecimento na qualidade do ensino e na carreira dos professores.

Palavras-chave: Adoecimento, professores, políticas públicas.

PUBLIC EDUCATION POLICIES: INITIAL REFLECTIONS ON TEACHER ILLNESS IN BERTIOGA – SP

ABSTRACT: The article addresses the increasing rate of teacher absenteeism in the municipal public school system of Bertiooga, driven by psychological and physical illnesses related to working conditions. The research adopts a broader perspective, identifying workload and stress as key factors contributing to teacher illness, emphasizing the importance of understanding this phenomenon in a comprehensive manner. Through recent bibliographic review and document analysis, information was gathered about working conditions and their impact on teachers' health. Empirical data, obtained from field research, included surveys on medical leaves and functional readaptation processes due to health issues in Bertiooga's municipal schools. The study concludes by highlighting the need for public policies aimed at improving working conditions and strengthening institutional support to mitigate the impact of illness on teaching quality and teachers' careers.

KEYWORDS: Illness, teachers, public policies.

¹ Pós-Doutora em Educação Escolar. Pesquisadora e Docente da Faculdade de Bertiooga. E-mail: mairadaridodacunha@gmail.com



INTRODUÇÃO

A alta incidência de afastamentos de professores de suas funções laborais tem chamado a atenção. O trabalho docente frequentemente exige um esforço excessivo de suas capacidades físicas, emocionais e cognitivas para alcançar os objetivos pedagógicos, atender às demandas educacionais e sociais dos alunos e cumprir as metas estabelecidas pela escola. Essa sobrecarga contribui para o desgaste extremo dos professores, impactando não apenas sua saúde física, mas, muitas vezes, sua saúde mental (Zaragoza, 1999).

Resultados de um estudo realizado pela CNTE em 2020 chamado “Identidade expropriada – retrato do educador brasileiro” por Juçara Dutra Vieira, apresentou que dor nas costas, distúrbios vocais, estresse e esgotamento mental e físico são as maiores fontes de afastamentos por licenças médicas dos professores, com cerca de 22,6% desses profissionais afastados em todo o país.

Uma pesquisa mais recente produzida em 2010, nos estados de Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Norte, Goiás, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina; realizada por um grupo de estudos sobre política educacional e trabalho docente da faculdade de educação da Universidade Federal de Minas Gerais, mostrou que 55% dos profissionais se afastaram do cargo de professor nos anos de 2008 e 2009, do qual 34% por um período maior que um mês.

Essa mesma pesquisa da UFMG informou que 12% dos profissionais foram readaptados em outras funções; 13% se afastaram do trabalho por licença médica causado por estresse; 14% por motivos de depressão, ansiedade ou nervosismo e 28% por questões físicas (coluna, cordas vocais, rouquidão, alergias a giz etc.).

Associam-se ao afastamento do trabalho a falta de tempo e recursos orgânicos para recuperar o reequilíbrio do desgaste causado nesse trabalho, desencadeiam e adiantam os sintomas clínicos relacionados a transtornos físicos e mentais.

Esses dados demonstram a necessidade de expor esse assunto e estudar as causas e suas consequências, para possivelmente desenvolver intervenções eficazes e colaborar no seu desenvolvimento profissional e melhorar as condições de trabalho dos educadores. (Gasparine, Barreto e Assunção, 2005).



Neste sentido, o objetivo do seguinte artigo foi pesquisar e compreender a relação entre o cotidiano escolar e a saúde dos professores expondo a quantidade de profissionais da educação que estão afastados e readaptados no município de Bertiooga, e apresentar a perspectiva dos gestores com relação ao assunto.

Para tanto, a metodologia adotada foi uma pesquisa qualitativa para identificar e analisar a relação do trabalho docente com a saúde desses profissionais, por meio de levantamento bibliográfico e documental, visando compreender melhor os fenômenos acerca da saúde dos professores e sua relação com o processo educacional existente, com dados sobre a quantidade de afastamentos no contexto das escolas municipais de Bertiooga.

1. O COTIDIANO DO TRABALHO ESCOLAR

Apresenta como função dos professores: a elaboração, o planejamento e a condução das aulas, a elaboração e correção de avaliações escritas, atividades e trabalhos, a formação contínua e atualizada dos conteúdos que ensinam, a atualização em formações didáticas e sociais; ocupando-se, também, na gestão escolar, participando das atividades de elaboração e organização de projetos e eventos, análise de currículos educacionais, direcionamento e orientações para os alunos, atendimento aos responsáveis pelos alunos, participação nas atividades extraescolares, reuniões e assembleias (Fernandes e Vandenbergue, 2018).

Sobre a dimensão do trabalho dos professores, segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96, no art. 13, os docentes incumbir-se-ão de:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1996).

Braum e Carlotto (2014) evidenciam os problemas que os professores têm enfrentado, destacando aspectos como: trabalho em condições precárias relacionadas a iluminação, espaço e material didático; a organização de trabalho nas relações interpessoais e sociais, como: atividades muito diversificadas em suas funções, ritmos excessivos de trabalho, serviços muito burocráticos e pouco eficientes, repetição das atividades pedagógicas, elevadas exigências



cognitivas, pouca autonomia, escasso diálogo com a gestão administrativa, técnica, e entre os próprios professores, problemas nos relacionamentos com as famílias dos estudantes, pouca valorização do trabalho, situação psicológica, dificuldades com a disciplina dos alunos, baixos salários, trabalhar em mais de uma escola e novamente apontam sobre uma imagem distorcida do ponto de vista público sobre os professores (Braun e Carlotto, 2014).

Para Zaragoza (1999) é necessário levar em consideração a influência que existe na educação pela forma rápida em que ocorre as transformações na sociedade atual e a dificuldade da educação em se adaptar a elas, aumentando suas exigências e responsabilidades, com a transmissão das atividades da sociedade como da família através da entrada das mulheres no mercado de trabalho, os diferentes meios de comunicação e formas de acesso às atividades culturais e de informações, a diversidade de valores que surgem e a necessidade do professor de transmitir para os alunos, ter que desempenhar diferentes papéis conforme necessidade dos alunos; uma hora amigo e noutra um juiz de desempenho, a mudança no prestígio social, que antes era elevado e atualmente desvalorizado e etc. Assim como o processo histórico do desenvolvimento do trabalho e as questões financeiras e sociais.

Sendo assim, ao analisarmos a disposição do trabalho educacional, surge como tema central os elementos agressores que atingem os professores, as exigências atuais que reincidem sobre eles e dos desafios de caráter social como centro das discussões sobre a saúde desses profissionais (Souza e Leite, 2011).

2. O CENÁRIO DO ADOECIMENTO DE DOCENTES NO BRASIL

A saúde mental dos professores, em várias pesquisas, é demonstrada com contínuo agravamento na disposição de trabalho desses profissionais (Batista *et al*, 2016). Os transtornos psicológicos, expressados por estresse, irritabilidade, depressão, *burnout* são continuamente relacionados a sensações de cansaço, culpa, frustração, desânimo, excesso de trabalho e baixo autoestima; segundo uma pesquisa publicada em 2011, pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Souza e Leite, 2011).



Os professores, estando expostos ao desgaste emocional e os excessos de atividades no trabalho, tornam-se propícios ao desenvolvimento de transtornos vinculados ao estresse (Fernandes e Vandenbergue, 2018).

Sabe-se que há uma necessidade da interação entre a escola e a comunidade para o desenvolvimento do processo educacional como um todo, indo além da sala de aula e muros da escola, aumentando a missão dos profissionais da educação, ampliando como ferramenta para o procedimento de conhecimentos dos alunos, o estabelecimento entre a relação da família, comunidade e escola. Para isso, o professor deve também participar da organização e planos escolares, cumprindo assim os itens I, II e VI do art.13 da lei de diretrizes e bases – 9.394/96. Nota-se a dimensão das exigências amplas de dedicação, tempo e complexidade do serviço. (Gasparine, Barreto e Assunção, 2005).

Os estudos têm mostrado que os principais fatores estressantes dentro do ambiente escolar são: a ausência de apoio para lidar com as dificuldades no comportamento dos alunos, a sobrecarga de trabalho, o preparo de recursos pedagógicos, a falta de tempo, as diferentes formas de se desenvolver a aprendizagem de cada aluno e suas motivações, as políticas educacionais e a pressão dos pais e gestores escolares (Silveira, Enumo e Batista, 2014).

Entre as doenças ocupacionais, crescem a quantidade de doenças ligadas a elementos psíquicos em professores, provocadas pelo intenso ritmo e condições precárias de trabalho, crescimento das exigências cognitivas, diminuição da autonomia durante as aulas, ausência de acompanhamento técnico, insuficiência das políticas relacionadas à educação, pouca satisfação com o salário, falta de reconhecimento social do serviço, violência e falta de interesse dos estudantes (Fernandes e Vandenbergue, 2018).

Segundo APEOSP (2012), outro fator, que dificulta o desenvolvimento do professor durante as aulas, é a padronização ou método apostilado dos materiais didáticos e a pouca autonomia do professor, fazendo com que se obrigue a dar aulas prontas e tornando-as, por vezes, extremamente difíceis e pouco interessantes para os alunos. Associam-se, também, as causas que acarretam o sofrimento do professor e seu adoecimento, o constrangimento causado pelas avaliações externas vindas do governo, atingindo em cheio a autoestima dos professores.

Os resultados obtidos através delas, responsabilizando-os pelos problemas da educação estadual, significando uma séria desvalorização do profissional, prejudicando a qualidade do



seu desenvolvimento profissional e relacionamento com os estudantes e suas famílias, também as ameaças explícitas ou implícitas, ter que fazer o que não concorda, a falta de materiais pedagógicos e infraestrutura das escolas, falta de formação, de tempo e de apoio, para lidar com as inúmeras situações complexas de violência, pobreza extrema e entre outras, ser culpabilizado pela falta de eficiência e problemas de instituições educacionais, sentimento de isolamento, falta de reconhecimento e valorização do seu trabalho, tanto financeiramente quanto socialmente. (APEOSP, 2012)

Sobre a violência nas escolas, existem vários causadores agindo como um círculo vicioso. Sendo eles provocados também pelo próprio Estado quando tira do professor a autoridade, disseminando uma versão de que os professores tem a total responsabilidade nos resultados ruins do processo de aprendizagem. E as agressões verbais e físicas contra os professores, nas salas de aula, vinda dos próprios alunos, que se tornaram cada vez mais recorrentes, também como o vandalismo, briga entre os alunos, roubo de equipamentos, tráfico de drogas no entorno e muitas vezes dentro da escola, formação de gangues e etc (APEOSP, 2012).

Resultados de uma pesquisa sobre “O trabalho das docentes da Educação Infantil e o mal-estar docente: o impacto dos aspectos psicossociais no adoecimento” realizado com 196 professoras de escolas municipais de educação infantil do Rio Grande do Sul demonstrou que estão em perigo de adoecimento, por trabalharem em um local de grande exigência de envolvimento, tendo pouco controle no seu serviço. Podendo ser levadas ao mal-estar docente por causa dessa interação do trabalho e seu ambiente que causam insatisfação e baixas condições de organização. (Martins, et al, 2014).

Outro ponto bastante discutido é a quantidade de estudantes por sala/série, eis que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) sugere a quantidade máxima de 25 alunos por sala na pré-escola e para os dois primeiros anos do ensino fundamental. Sendo para os próximos anos do ensino fundamental a quantidade máxima permitida em sala foi de 35 alunos. (Brasil, 1996)

Sobre as implicações na formação dos professores iniciantes e as condições de trabalho estão associadas a elementos como: a jornada de trabalho, estabilidade, salário e plano de carreira; uso de qualidade do tempo atribuído para o trabalho coletivo, permanecer em apenas uma escola, quantidade de alunos por sala, a estrutura da escola, materiais permitidos para o



uso, e cultura escolar. São fatores importantes para o desenvolvimento profissional (Príncipe e André, 2018).

É importante, também, além de identificar as causas de estresse dos professores, analisar as alternativas de intervenção para regular e promover a melhoria nas condições de trabalho desses profissionais, com mecanismos de esforço comportamental e cognitivo para enfrentar as ocorrências de desafios, ameaças ou danos.

Afirmando, ainda, que o suporte durante o caminho percorrido nos primeiros anos do trabalho, são condições indispensáveis para o desenvolvimento profissional, pontuando que os professores não sejam responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento já que as condições de trabalho devem ser favoráveis durante este percurso. Sendo amplo de tal modo que não deve ser minimizado à uma formação superficial, mas que abrange todos os conhecimentos que de fato são necessários para o trabalho docente, considerando toda a sua situação profissional, incluindo um conjunto de aspectos sobre suas condições de trabalho; como a demanda do mercado existente, o relacionamento entre a equipe da escola, a formação hierárquica, sua carreira e salário, as leis e etc (Príncipe e André, 2018).

A promoção de boas relações entre os funcionários e o fornecimento de bons recursos e instalações apropriadas, pode reduzir as circunstâncias estressantes. Professores relatam que o convívio entre colegas de forma harmoniosa, com respeito e autonomia no ambiente de trabalho ajudam a desenvolver um local mais saudável, transformando e diminuindo as condições estressantes.

Identificar essas condições que promovem o bem-estar no trabalho nos ajuda a determinar ações para melhorar esses ambientes, apesar das adversidades, tornando-os mais agradáveis, melhorando assim o potencial dos professores e a qualidade de suas aulas e, conseqüentemente, o desenvolvimento dos alunos. Além disso a elaboração de políticas destinadas a aumentar o reconhecimento desses profissionais por diretores, alunos e pais, especialmente em escolas públicas, já que um dos fatores analisados é a falta de reconhecimento (Cezar *et al*, 2015).



3. RESULTADOS/ ANÁLISE

De acordo com informações coletadas no Boletim Oficial do Município de Bertiooga e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, referentes ao ano de 2024, foi possível investigar a ocorrência de licenças médicas e afastamentos por motivos de saúde. Os dados revelaram uma média diária de 10 licenças médicas concedidas para consultas e atendimentos, além de um percentual médio de 8% de afastamentos diários entre professores, servidores públicos municipal e estadual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão do estudo destaca, primeiramente, a dificuldade em acessar dados oficiais sobre o adoecimento de professores, evidenciando uma barreira significativa para a compreensão aprofundada desse fenômeno. Observa-se, também, um certo tabu e desconforto por parte dos órgãos gestores em abordar o tema, o que pode dificultar a adoção de estratégias eficazes para enfrentar essa realidade.

Além disso, a alta incidência de doenças mentais na população em geral encontra reflexo direto nos professores, que enfrentam desafios intensos dentro da sala de aula. Esse cenário ressalta a necessidade de aprofundar os estudos para compreender as especificidades do trabalho docente e sua relação com a saúde mental, abordando as múltiplas dimensões que influenciam o bem-estar desses profissionais.

Por fim, conclui-se que é fundamental desenvolver políticas públicas voltadas ao acompanhamento integral da saúde dos professores, com foco em medidas preventivas e ações contínuas de apoio. Tais iniciativas são essenciais para minimizar os impactos do adoecimento, garantindo melhores condições de trabalho e promovendo a qualidade do ensino.



REFERÊNCIAS

BATISTA *et al.* *Mental disorders in university teachers: study in a service of medical investigation.* **J. res.: fundam. care. online** 2016. abr./jun. 8(2):4538-4548.

BORBA *et al.* Síndrome de Burnout em professores: estudo comparativo entre o ensino público e privado. **Psicol Argum.** 2015 jan./abr., 33(80), 270, 281.

BRASIL. Lei nº 9.394, art. 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1996.

BRAUM, A C; CARLOTTO, M S. Síndrome de Burnout: estudo comparativo entre professores do Ensino Especial e do Ensino Regular. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 18, Número 1, Janeiro/Abril de 2014: 125-133.

CEZAR-VAZ *et al.* *Mental Health of Elementary Schoolteachers in Southern Brazil: Working Conditions and Health Consequences.* *The Scientific World Journal*, 2015.

SOUZA, N A; LEITE P M. Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores de Educação Básica no Brasil, pela **Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho** (Fundacentro) abril, 2010.

FERNANDES, G. C. P. S; VANDENBERGHE, L. O estresse, o professor e o trabalho docente. **Revista Labor**, v. 01, p. 75-86, 2018.

GASPARINI SM, BARRETO MS, ASSUNÇÃO AA. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Universidade Federal de Minas Gerais Educação e Pesquisa**, São Paulo, maio/agosto 2005; 31(2): 189-199.

LIMA JÚNIOR J. P.; SILVA, T.F. Análise da sintomatologia de distúrbios osteomusculares/em docentes da Universidade de Pernambuco - Campus Petrolina. **Rev Dor.** São Paulo, out-dez;15(4):276-80, 2014.

MARTINS, M F D *et al.* O trabalho das docentes da Educação Infantil e o mal-estar docente: o impacto dos aspectos psicossociais no adoecimento. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2014, vol. 17, n. 2, p.281-289 – DOI: 10.11606/issn.1981-.0490.v17n2p281-289.

OLIVEIRA, Dalila A; VIEIRA, Livia M. F. Pesquisa: trabalho docente na educação básica no Brasil. Sinopse do survey nacional / **Universidade Federal de Minas Gerais, Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente** - Belo Horizonte, 2010.



FACULDADE BERTIOGA
POLÍTICAS PÚBLICAS

PRINCEPE, L M. ANDRÉ, M.D.A. Fatores facilitadores e dificultadores do desenvolvimento profissional de professores iniciantes: uma análise das condições de trabalho. **REAE - Revista de Estudos Aplicados em Educação**, v. 3, n. 6, jul./dez. 2018.

SILVEIRA, K A; ENUMO, S R F; BATISTA, E P. Indicadores de estresse e estratégias de enfrentamento em professores de ensino multisseriado. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 18, Número 3, Setembro/Dezembro de 2014: 457-465.

VIEIRA, J.D. **Identidade expropriada: retrato do educador brasileiro**. 2. ed. Brasília, DF: CNTE, 2004.

ZARAGOZA JME. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Tradução: Durleyde Carvalho Cavicchia. Edusc, Bauru, 1999.